

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada pelo aplicativo ZOOM, a 11 de fevereiro de 2023, com início às 14:00 horas de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Ata da reunião anterior; 2) Calendário das reuniões para 2023; 3) Propostas Alteração à Lei 66-A, PS e PSD ; 4) Assuntos Gerais . Presentes os Conselheiros titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Ângelo Horta, Lúcia Fernandes, Manuel Coelho, Paulo Martins, Paulo Marques, Rita Santos , António Cunha e os coordenadores das comissões temáticas Fernando Topa e Sérgio Tavares . Justificaram as suas ausências o conselheiro Pedro Rupio e a conselheira Maria de Lurdes De Almeida . Em votação, a ordem de trabalho foi aprovada conforme a convocatória. Passando-se ao ponto 1) Aprovação da Ata da Reunião do dia 21-01-2023. A mesma foi aprovada com a retificação do Cons. Amadeu Batel. Seguindo para o ponto 2) Calendário das reuniões para 2023. Os Conselhos Regionais estão a avançar com as datas das reuniões e está tudo encaminhado com a DGACCP. O Cons. Flávio Martins indica que seria conveniente voltar a enviar aos Conselhos Regionais as propostas da alteração à Lei 66-A do PS e do PSD para que este ponto seja incluído para debate na agenda das reuniões dos respetivos Conselhos comparando-as com as propostas já feitas pelo CCP. Informou também que vai preparar uma tabela comparativa com as mesmas para simplificar a análise deste importante tema e assim podermos perceber em que é que o PS e o PSD convergiram para aquilo que o CCP propôs. Considera que não é preciso uma análise individual, mas sim um documento mais robusto com o parecer dos diferentes Conselhos. Solicita aos coordenadores das temáticas que comecem a organizarem as respetivas reuniões a serem realizadas em abril. Devem saber quem vai assistir e quem não vai fazê-lo para informar à Dra. Ana Cristina Ribeiro. Apontou que a calendarização das reuniões deve ser feita atempadamente pois verifica-se problemas com o alojamento devido à

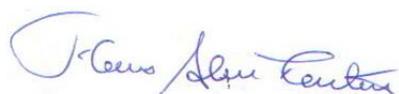
jornada mundial da juventude e retifica que a reunião do Conselho Permanente deve manter-se em julho. Anunciou também que o Deputado Paulo Pisco lhe notificou que os projetos irão passar para a generalidade e depois para a especialidade. Uma vez na especialidade é que o CCP é chamado a consulta. Ainda no uso da palavra o Cons. Flávio Martins pergunta aos presentes se concordam com o envio de um ofício ao Deputado Sérgio Pinto da 2ª Comissão para lembrar os compromissos assumidos com o CCP ao que todos concordaram. A Cons. Rita Santos expressa que na sua opinião deveria haver uma reunião online dos Conselhos Regionais previa à reunião presencial para já irem debatendo estas propostas. O Cons. Paulo Martins participa que o CRAN irá reunir-se em Washington na Embaixada a 3 e 4 de março e que proximamente enviará a agenda da reunião. O Cons. Ângelo Horto concorda com a proposta da Cons. Rita Santos e vai propor a mesma reunião online para o CRACS. O Cons. Sérgio Tavares comunica que o Conselho Regional da Europa vai reunir-se a 16 de fevereiro para debater precisamente sobre estas propostas do PS e do PSD pois consideram que as duas iniciativas estão muito aquém das propostas do CCP. Concorda com a elaboração do documento em conjunto e indica que deve ser o mais rápido possível. O Cons. Flávio Martins em vista destas opiniões propõe que todos os Conselhos Regionais façam reuniões online para discutirem as propostas e elaborarem um documento com o seu respetivo parecer e enviarem ao CPCCP. Depois o CPCCP reenviará novamente aos Conselhos Regionais todos os documentos para que assim conheçam as respetivas posições e manifestações dos diferentes Conselhos e possam incluir esse ponto para debate nas reuniões presenciais. O Cons. Manuel Coelho comunica que espera o documento comparativo para poder reunir-se ainda com o Conselho Regional de forma virtual. O Cons. Fernando Topa concorda com a proposta da reunião prévia virtual antes da reunião presencial. Para concretizar, o Cons. Flávio Martins transmite o seguinte: enviar ofício aos Conselhos

Regionais para que estes realizem a reunião online antes da presencial. Vai enviar a tabela comparativa para que possam analisar as propostas e fixa como data limite o dia 28 de fevereiro para que os Conselhos Regionais remetam ao CPCCP um informe com as respectivas considerações sobre este ponto. Também informa que vai enviar um ofício, tal como foi aprovado, à 2ª Comissão para relembrar os compromissos assumidos com o CCP. O Cons. Amadeu Batel indicou que na próxima quinta feira realizar-se-á a reunião online do CRE para uma primeira abordagem e que em março o CRE irá reunir-se com todos os partidos políticos para apresentar os projetos lei por considerar que se deve ir para além das propostas. O Cons. Flávio Martins comunica que o ofício enviado ao Deputado Sérgio Pinto deve também ser enviado aos Deputados Paulo Pisco e Malo De Abreu, ao que o Cons. Sérgio Tavares considera que deve também ser enviado a todos os membros da 2ª Comissão. Passando ao ponto 3) Propostas de alteração à Lei 66-A. Existem dois projetos (PS e PSD); o projeto do PSD já passou pelo crivo da 2ª Comissão. O Cons. Sérgio Tavares considera que a proposta do PS é uma proposta muito pobre que fica muito aquém das expectativas e como consequência leva a uma quebra de confiança entre o CCP e aquilo que foi comunicado. Adiciona ainda que revela uma perspetiva do PS em relação ao CCP e aos Conselheiros de todo inaceitável. Dá como exemplo o estipulado num dos artigos que praticamente o CCP tem que fazer o trabalho dos Consulados e o fato das consultas obrigatórias terem que passar pela tutela revela uma perspetiva de desrespeito ao CCP. O Cons. Paulo Martins considera que a proposta do PS demonstra um claro desinvestimento nas Comunidades. Indica que mesmo a não concordar em tudo com a proposta do PSD, esta aproxima-se muito mais das comunidades. Expressa que o CCP deve continuar a trabalhar e a lutar para conseguir uma estrutura própria para um melhor funcionamento deste órgão consultivo. A Cons. Rita Santos comunica que a proposta do PS é muito limitada e que esta não reflete o que

se tem estado a trabalhar. Opina que o voto eletrónico em mobilidade é um retrocesso e que a proposta da obrigatoriedade da consulta do CCP é muito vaga ademais de ignorar os meios de trabalho que se estão a requerer para o melhor funcionamento. O Cons. Ângelo Horta sente-se muito dececionado com a proposta do PS. Indica que esperava muito mais, esperava uma proposta que apoiasse mais os Conselheiros e as Comunidades, por isso expressa que o CCP deve manter-se firme nas suas reivindicações . Sugere que depois que os Conselhos Regionais analisarem todas as propostas, deve-se emitir um documento final com todas as sugestões para dar lugar a uma proposta verdadeira do CCP. O Cons. Amadeu Batel entende que se deve chegar a um consenso. Pondera que a natureza do CCP como órgão consultivo passa pela questão de quem define quem e o quê e a proposta do PS não define nem quem somos nem o que queremos ser. Descaracteriza por completo a natureza do CCP. Entende que este projeto retira qualquer possibilidade ao CCP de manter uma voz sobre qualquer tópico, pois as consultas é a tutela que define, os recursos é a tutela também que os define e para não falar do mapeamento das Comunidades que pretende que o CCP faça para facilitar-lhes a vida. Em conclusão esta proposta é uma “não proposta” pelo que deve ser repensada. Opina que a proposta do PSD tem alguma coisas positivas como a criação do Gabinete de Apoio, se bem que este Gabinete também toca com a nossa estrutura. A proposta da consulta obrigatória deve ser mais específica em questões estruturantes no que refere ao EPE, cultura, participação cívica, etc , mas apesar de tudo vem ao encontro das nossas propostas. O Cons. Fernando Topa tem a sensação que no final o CCP vai ter que aceitar o que o PS quer propor pois são maioria absoluta. Concorda com o Cons. Amadeu Batel em que o CCP deve apresentar novamente uma proposta porque estão a desvalorizar este órgão. Deve-se continuar a lutar e há propostas que são inegociáveis. A Cons. Lígia Fernandes exprime que a atual proposta do PS parece colocar o CCP em

condições mais desvantajosas que a atual Lei 66-A. Não vê nada positivo por isso considera uma total falta de respeito. O Cons. Flávio Martins pondera a questão de fazer um documento encaminhado aos Grupos Parlamentares e à comunicação social com uma manifestação inicial do CCP explicando o seguinte: desde 2019 que se aguarda por esta alteração e que se fizeram propostas muito concretas dos artigos a serem modificados inclusivamente com a redação do mesmo; passou-se o ano 2022 à espera que os projetos fossem apresentados e que somente em final de novembro e agora em final de janeiro, os dois maiores partidos é que o fizeram. Também dever ser manifestada a nossa contrariedade com algumas questões tais como: a limitação dos mandatos, (qual é a lógica?) o texto sobre as reuniões dos Conselhos Regionais serem presenciais o telemáticas, (risco de não se reunirem mais em forma presencial) texto sobre as funções dos Conselheiros (não são empregados públicos) a natureza do CCP (órgão de aconselhamento, não vinculativo), o piloto do voto eletrónico (o Governo falou durante muito tempo, até de ser testado num país), a estrutura do CCP (gabinete de apoio), a obrigatoriedade da consulta não vinculativa e não esquecer a luta pela tutela. O texto deve ter um máximo de duas páginas chamando a atenção o tempo de espera e que do que se propôs para a alteração, muito pouco ou nada foi apresentado. Passando ao ponto 4) Assuntos Gerais- O Cons. Flávio Martins informou que falou com Paulo Costa e que ele perguntou pela posição do CCP referente ao voto eletrónico ao que respondeu que não emitiria nenhuma opinião até à reunião do CPCCP, no entanto ele comunicou que vai avançar com uma petição para esta modalidade de voto. O Cons. Flávio Martins também participou que o Deputado Paulo Pisco anunciou que o Grupo Parlamentar vai marcar uma audiência referente ao manifesto do EPE e que assistiria o CPCCP e a Comissão Temática da matéria e que esta reunião poderia ser online. O Cons. Amadeu Batel delibera que esta reunião requer de alguma especialidade e

propõe uma reunião híbrida. Dado que o Conselho Regional da Europa se reúne em Lisboa; quem pertencer à CT do EPE e ao CP poderá participar de forma presencial, quem não puder assistirá online. Todos os Conselheiros consideraram esta reunião muito enriquecedora e profícua pelo que parabenizaram o desenvolvimento da mesma. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h30, mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. Carlos Almeida Coutinho".A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. Almeida".